

Ameaça concreta

» VICTOR MARTINS
» ROSANA HESSEL

O Brasil e os principais mercados emergentes não terão para onde correr caso a atual instabilidade financeira nos mercados se transforme em recessão. Na análise da maioria dos economistas, a ameaça é real. A presidente Dilma Rousseff, o ministro Guido Mantega (Fazenda) e o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, unificaram o discurso e passaram os últimos dias a repetir o mantra que pede cautela a consumidores e investidores. Reiteraram insistente que o Brasil está preparado para enfrentar turbulências. Se essa crise fosse uma "marolinha", as três pessoas mais importantes para a economia do país não estariam tão mobilizadas em torno do tema, argumentam especialistas.

O problema não é só as bolsas derreterem. O mercado financeiro em queda é apenas o primeiro sinal de uma crise que pode chegar ao bolso do consumidor, afetar empregos e investimentos. As ações, até agora, só refletem o temor dos investidores de que algum país europeu deixe de pagar suas dívidas e que, por causa disso, bancos credores enfrentem dificuldades em seus fluxos de caixa e

não façam mais empréstimos. O medo é que, em caso extremo, instituições financeiras quebrem, levando ao ressurgimento do pesadelo de 2008: o fim de linhas de crédito, a falta de recursos para o financiamento de consumidores e de empresas e, em consequência, a retração da economia.

O governo brasileiro, porém, está se armando como pode para encarar a crise (veja quadro). Vitoria Saddi, economista da SM Gestão de Futuros, avalia que o país está mais preparado para enfrentar as turbulências externas. Mas faz ressalvas. "O país tem reservas maiores, mas elas não são do governo. São dos bancos. Eles podem pegá-la de uma hora para outra e sair do país", alerta. Na avaliação de Vitoria — que já trabalhou com Nouriel Roubini, o economista que previu a crise financeira de 2008 e é conhecido por Doutor Destino, por suas projeções catastróficas —, o problema da Europa é grave e semelhante ao dos Estados Unidos. "A situação é muito diferente da crise de 2008, com dois centros e não apenas um. Portanto, o impacto será maior", estima.

Vitoria demonstra preocupação com a forte oscilação das bolsas de valores. "A volatilidade é muito ruim e só aparece em momentos de crise. A intensidade

Freio no consumo

Pelos números do Banco Central, o endividamento das famílias avançou 58,4% entre o auge da crise, em setembro de 2008, e maio de 2011, quando começaram os primeiros sinais da atual turbulência. As contas mais caras, acima de R\$ 50 mil, aumentaram 112,2%. "A compra de bens duráveis já vem desacelerando, principalmente depois das medidas do BC que afetaram o consumo. Parte desse freio também tem a ver com o endividamento das famílias", justifica Bruno Fernandes, economista da Confederação Nacional do Comércio.

que ela apresentou ao longo da semana é comparável somente à verificada em 2008 e em 1930", afirma. Uma das receitas tradicionais contra uma recessão, a adoção de medidas anticíclicas, a exemplo da oferta de crédito para incentivar o consumo interno, poderá não funcionar. "Hoje, o consumo do brasileiro é elevado e as pessoas poderão ficar cada vez mais endividadas se tiverem acesso a financiamentos. A crise imobiliária nos EUA foi decorrente disso. O brasileiro pode ir pelo mesmo caminho."

O diagnóstico dos especialistas é de

que, mais cedo ou mais tarde, o consumo global vai cair, o que trará reflexos principalmente para países exportadores de commodities (produtos básicos com cotação internacional), como o Brasil. A maior preocupação, entretanto, é com a China, que está longe de uma recessão, mas desacelera a passos largos e deve apresentar, este ano, resultados muito diferentes dos apurados no início de 2000, quando o termo "crescer a taxas chinesas" era sinônimo de números exuberantes. Se a nação oriental que é a maior consumidora de insumos do mundo reduzir o ritmo, a saldo comercial dos emergentes vai despencar, prejudicando expressivamente os exportadores.

Fluxo comercial

Os Estados Unidos, também um dos maiores clientes dos emergentes, flertam com uma nova recessão e podem se tornar um problema para os exportadores de commodities. O setor é tão sensível no Brasil que apenas no primeiro trimestre do ano as vendas internacionais foram responsáveis por 10,7% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas do país). Por isso, uma parada brusca nos fluxos comerciais desencadearia prejuízos em cascata para empre-

gados e para a cadeia de fornecedores.

"Se a crise se aprofundar lá fora, perdermos saldo comercial e houver a necessidade de as filiais remeterem dinheiro para suas matrizes, a crise estará instalada no Brasil. Entretanto, temos US\$ 350,8 bilhões de reservas internacionais para responder a isso", argumentou Nicola Tingga, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi). Em relatório divulgado na semana que passou, o economista-chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn, traçou o mapa de como a crise chegará aqui, a seu ver: "O aumento da incerteza e da aversão ao risco levaria à diminuição da confiança dos consumidores. Esses efeitos, ao lado da perda de riqueza produzida pela queda dos preços de ativos, reduziriam o consumo e impactariam negativamente o PIB".

Para especialistas, diferentemente de 2008, não há mais espaço para o consumidor comprometer a renda e, ao mesmo tempo, fazer a economia girar — naquela ocasião, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva incentivou os trabalhadores a consumir. Hoje, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), 63,5% das famílias têm débitos e 18% se declaram "altamente endividadas".

As armas do país

Reservas internacionais

O seguro contra crises está em US\$ 350,8 bilhões frente a pouco mais de US\$ 200 bilhões em 2008. Parte desse dinheiro pode ser usada para evitar um salto brusco na cotação do dólar e garantir financiamento ao comércio exterior do país, em caso de fechamento das linhas internacionais de crédito.

Depósitos compulsórios

Os bancos têm R\$ 420 bilhões guardados nos cofres do BC. Se houver escassez de crédito às empresas e aos consumidores, a autoridade monetária pode liberar uma parcela desses recursos, como ocorreu em 2008, quando foram injetados R\$ 100 bilhões no sistema financeiro. Os recursos também podem evitar a quebra de bancos. Há três anos, os compulsórios somavam R\$ 270 bilhões.

Taxa de juros

O país tem os juros básicos mais altos do mundo, atualmente em 12,50% ao ano, para empurrar a inflação ao centro da meta, de 4,5%. Se a produção e o consumo caírem rapidamente, é possível afrouxar a política monetária. Em 2009, com o país em recessão, a taxa baixou de 13,75% para 8,5%.

Exposição cambial

A necessidade de evitar a repetição do cenário de 2008, quando grandes empresas brasileiras que estavam apostando pesado na valorização do real perderam US\$ 10 bilhões com a disparada da moeda norte-americana, levou o BC a impor limites a tais operações. Atualmente, essa exposição é mínima, estimada em US\$ 4 bilhões. Há três anos, passava dos US\$ 40 bilhões.

Regulação bancária

O BC tomou medidas severas para evitar estripulias no sistema financeiro. Antecipou, inclusive, a aplicação das regras de Basileia III, rígidos padrões internacionais de segurança. Para assumir riscos, os bancos têm de separar uma parte de seu patrimônio para cobrir eventuais perdas.

Provisões anticalote

As instituições financeiras têm R\$ 102,7 bilhões nos cofres para enfrentar uma onda de calote. Esse valor é 67,2% superior ao total de dívidas em atraso, de R\$ 61,4 bilhões. Tais provisões subiram depois que o governo obrigou os bancos a limitarem os financiamentos acima de 36 meses.

Fundo soberano

Com R\$ 18,7 bilhões em caixa e a possibilidade de engordar ainda mais esse montante com o excedente do superávit primário de 2011, o governo pretende usá-lo como ferramenta, caso necessário, para manter as linhas de financiamento ao setor produtivo se houver falta de crédito.

O lado mais fraco

Ajuste fiscal

O setor público cumpriu, nos primeiros seis meses do ano, 60% da meta de superávit primário. Foram economizados R\$ 81 bilhões para o pagamento de juros da dívida. Mas essa poupança foi feita à base de aumento da arrecadação e, mesmo assim, não foi suficiente para cobrir todas as despesas. O país registra déficit nominal superior a 2% do PIB.

Dependência das commodities

O país se transformou em um grande exportador de produtos básicos, como minérios e grãos. Os preços dessas mercadorias dispararam, graças à forte demanda da China. Mas, com o mundo à beira de uma recessão e consumindo menos, as commodities podem se desvalorizar e o fluxo de dólares para o país, cair. Com isso, a moeda norte-americana ficará mais cara, pressionando a inflação.

Consumo das famílias

Diferentemente de 2008, quando a demanda das famílias ajudou a tirar o país da crise, há pouco espaço para endividamento. O brasileiro gastou tudo o que podia, principalmente depois dos incentivos dados pelo governo. Atualmente, 63,5% das famílias têm algum tipo de dívida. Delas, 17,8% se declaram muito endividadas.